



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETORIA TÉCNICA

**Colecção
IBECEANA**

notícias

BOLETIM INFORMATIVO

SUMÁRIO

Novo Estatuto
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Pesquisa Integrada
SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS
– Criação de Grupo Técnico

Geodésia & Cartografia
ORTOPROJEÇÃO NO IBGE
MAPEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTRIBUIÇÃO AO MAPEAMENTO DE SÃO PAULO

Reuniões
1a. SEMANA DA GEOGRAFIA
– Brasília

Documentação & Informação
ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO DE INFORMAÇÕES – 4
– para documentos especiais, geográficos, cartográficos e de
recursos naturais

Editoriais
TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL
RECURSOS NATURAIS DO BRASIL

Not.	B.	Inf.	A. 8	N. 42	Out./Dez. de 1975
------	----	------	------	-------	-------------------

NOVO ESTATUTO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O Presidente da República baixou Decreto de número 76.664, de 24 de novembro de 1975, que aprovou o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Instituída na forma do Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, constitui objetivo básico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assegurar a produção e análise de informações estatísticas, geográficas, cartográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições de meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional:

Para a consecução do seu objetivo básico o IBGE, pelo Estatuto ora aprovado, passa a ter a seguinte estrutura organizacional:

- I – Órgãos Colegiados: a) Conselho Curador; b) Conselho Técnico
- II – Administração Superior: a) Presidente; b) Diretor-Geral
- III – Assessoramento Superior: a) Gabinete da Presidência;
b) Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais;
c) Procuradoria-Geral; d) Assessoria de Segurança e Informações;
e) Inspeção
- IV – Diretorias: a) Diretoria Técnica – a.1) Superintendência de Estatísticas Primárias; a.2) Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos; a.3) Superintendência de Recursos Naturais e Meio-Ambiente;

b) Diretoria de Geodésia e Cartografia – b.1) Superintendência de Geodésia; b.2) Superintendência de Cartografia;

c) Diretoria de Administração – c.1) Superintendência de Recursos Humanos; c.2) Superintendência de Patrimônio e Serviços Gerais; c.3) Superintendência de Orçamento e Finanças;

d) Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal – d.1) Superintendência de Ensino; d.2) Superintendência de Aperfeiçoamento; d.3) Biblioteca Central;

e) Diretoria de Informática – e.1) Superintendência de Sistemas; e.2) Superintendência de Produção;

f) Diretoria de Divulgação – f.1) Centro Editorial; f.2) Centro de Serviços Gráficos

- V – Unidades Regionais: a) Escritório do IBGE no Distrito Federal;
b) Delegacias – b-1) Agências;
c) Divisões de Levantamentos Geodésicos

O Decreto número 76.664 foi publicado originalmente no Diário Oficial da União, do dia 25 de novembro de 1975, e, posteriormente republicado no D.O. de 5 de dezembro do mesmo ano por ter saído com incorreções. O Boletim Geográfico número 247 publicará na íntegra o texto desse Decreto.

SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS

– Criação do Grupo Técnico

Foi criado, através da Portaria Interministerial número 95, de 16 de setembro de 1975, o Grupo Técnico Interministerial de Indicadores Sociais, que funcionará no Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), em Brasília. O Grupo está integrado por:

- a) Dr. Roberto Cavalcanti de Albuquerque (Secretaria de Planejamento);
- b) Dr. Eurico de Andrade Neves Borba (IBGE);
- c) Dr. Sylvio Pinto Lopes (Ministério de Previdência e Assistência Social);
- d) Professora Elisa Gonçalves Martins (Ministério da Educação e Cultura);
- e) Dr. Francisco da Conceição Menna Barreto Reis (Ministério do Trabalho);
- f) Dr. João Yunes (Ministério da Saúde);
- g) Dra. Jurema Couto Moraes (Ministério do Interior)

Coordenado pelo representante da Secretaria de Planejamento e tendo como Secretário Técnico o representante do IBGE, o Grupo tem as seguintes funções:

- a) identificar e selecionar os indicadores sociais a serem produzidos (para aprovação pelo CDS);
- b) definir a periodicidade com que será produzido cada indicador ou grupo de indicadores, considerando que o CDS deverá receber informações trimestrais e anuais (incluídas nestas últimas as estimativas feitas a partir de dados coletados com um maior intervalo de tempo: 5 ou 10 anos);
- c) selecionar as fontes de dados para cada indicador ou grupo de indicadores bem como os organismos que, por delegação e sob supervisão do IBGE, irão coletar os dados a serem por este compatibilizados;
- d) acompanhar o desempenho do Sistema de Indicadores e propor os ajustes e modificações porventura necessários.

IBGE
BIBLIOTECA CENTRAL
N.º de Reg. 1102G
Data 8-10-79

GEODÉSIA & CARTOGRAFIA

ORTOPROJEÇÃO NO IBGE

Encontra-se em fase final de instalação, na Superintendência de Cartografia, da Diretoria de Geodésia e Cartografia, um sistema ortofoto de fabricação Optique Sform MATRA, que deverá entrar em operação no prazo de trinta dias.

Trata-se de um sofisticado complexo de equipamentos compostos de uma unidade do tipo 9.300 provida de "drop-line 685", três digitalizadores tipo 9.400, e uma câmara automática tipo 910 comandada por um minicomputador NOVA 800.

O sistema altamente versátil permite operar a partir de filmes obtidos por câmaras de 88,152 e 210 mm de distância focal e é capaz de executar ortofotomapas com ampliação direta de 2,5 a 4 vezes a dimensão da foto original.

O conjunto será em breve complementado com uma unidade automática de traçado de curvas de nível ficando assim em condições de entrar em funcionamento normal para atender à programação do IBGE ou solicitações de outros órgãos interessados.

MAPEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O IBGE e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais – SEPLAN, através do Instituto de Geociências Aplicadas, firmaram em 31 de outubro de 1975, convênio para execução pela Diretoria de Geodésia e Cartografia, do mapeamento topográfico daquele Estado.

A primeira etapa foi concluída em dezembro próximo passado e abrangia uma área de cerca de 21.000 km² da qual foram mapeadas 12 folhas na escala de 1:50.000 (15' x 15'), compreendidas entre os meridianos de 44° e 45° e os paralelos de 21° 15' e 22° e 4 em 1:100.000 (30' x 30') compreendidas entre os meridianos de 45° a 46° e os paralelos de 19° e 20°

O convênio tem duração prevista de 4 anos e terá prosseguimento através de termos aditivos.

CONTRIBUIÇÃO AO MAPEAMENTO DE SÃO PAULO

A Diretoria de Geodésia e Cartografia, através das Superintendências de Geodésia e de Cartografia, concluiu em novembro/75 os trabalhos previstos no convênio assinado entre o IBGE e o Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo. O convênio estabelecia o mapeamento topográfico, na escala de 1: 50.000, de uma área aproximada de 105.750 km², correspondendo a 141 folhas, o que representa esforço substancial ao mapeamento daquela unidade da federação.

REUNIÕES

NOTICIÁRIO

1ª SEMANA DE GEOGRAFIA

— Brasília

O Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília, com a colaboração do IBGE, realizou na Capital Federal, de 20 a 24 de outubro de 1975, a "1ª Semana de Geografia".

Esquematizada em conferências, painéis e filmes relacionados com os temas abordados, dela participaram técnicos ibegeanos, e também geógrafos e especialistas de outras entidades.

Na sessão solene de instalação, realizada no Auditório "Dois Candangos", da UnB, coube ao professor Isaac Kerstenetzky, Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a tarefa de pronunciar a conferência de abertura tendo discorrido sobre "O IBGE e o sistema de planejamento econômico-social". O ato de instalação foi prestigiado pelo professor Eurico de Andrade Neves Borba, Diretor-Geral do IBGE, que estava acompanhado da Assessoria da Presidência, em Brasília, pelo professor David Gueiros Vieira, chefe do Departamento de Geografia e História da UnB, pelo corpo docente do referido Departamento, além de convidados e demais participantes.

A Comissão Organizadora, presidida pelo professor Aldo Paviani, estabeleceu a seguinte programação:

Dia 21 — Conferência do professor Henrique Brandão Cavalcanti, da Eletrobrás. O ex-Secretário-Geral do MINTER falou sobre "O Planejamento Regional no Brasil". **Filme:** "Do céu à terra", que mostrou o papel da aerofotogrametria e dos mapeamentos no planejamento regional". **Painel:** "Contribuição da Geografia ao Planejamento Regional no Brasil". Coordenado pelo professor Raimundo Nonato Monteiro Santana, decano de Assuntos Comunitários e professor do Departamento de Economia da UnB, teve como componentes os professores Bertha K. Becker, da UFRJ, Nilo Bernardes, Pedro Pinchas Geiger e Rivaldo Pinto de Gusmão, geógrafos do IBGE, que debateram a importância da Geografia e dos Geógrafos no campo do planejamento regional.

Dia 22 — Conferência sobre o "Meio-Ambiente e a Preservação de Recursos Naturais no Brasil", proferida pelo professor Paulo Nogueira Netto, Secretário Especial da SEMA. **Painel:** "A importância da Geografia no Planejamento do Meio-Ambiente". O professor José Carmine Dianese, Diretor do Instituto de Biologia da UnB, foi coordenador do painel formado pelos professores Getúlio Vargas Barbosa, do projeto RADAMBRASIL, Margarida Maria Penteado Orellana, da UnB, Maria do Carmo Galvão, do Departamento de Geociências da UFRJ e Wanderbilt Duarte de Barros, Superintendente da SUPREN da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esses técnicos alertaram os futuros geógrafos para o problema da depredação dos recursos ambientais pelo homem, mostrando a contribuição da Geografia nos planejamentos da preservação do meio-ambiente. **Filme:** "O Projeto Radam". Exibido após os debates do painel, mostrou aos participantes da "Semana" as atividades do RADAM na Amazônia.

Dia 23 — Conferência do professor Jorge Guilherme M. Francisconi, Secretário Executivo da CNPU, que falou sobre o "Planejamento no Brasil e a importância da Geografia". **Painel:** "O Papel da Geografia no Planejamento Urbano". Seus membros foram: o professor José Carlos Coutinho, pertencente ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, que coordenou os trabalhos, os geógrafos Speridião Faissol, Superintendente da SUPED, Olga Maria Buarque Lima, ambos do IBGE, e Maria Adélia de Souza, da USP e da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. Este painel trouxe ao temário alguns dos problemas da estrutura urbana brasileira, em especial das áreas metropolitanas, e ressaltou o papel dos geógrafos no planejamento urbano.

Dia 24 — Conferência: "Agricultura, Recursos Naturais e Planejamento" foi o tema da palestra proferida pelo Dr. Jan Beek, Assessor da FAO junto ao Ministério da Agricultura. **Filme:** "Terras em Perigo", que mostrou o problema da erosão. **Conferência:** "A Regulamentação da Profissão de Geógrafos". Com a palestra do professor David Márcio Santos Rodrigues, Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que se congratulou com os participantes pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei número 1339 - C/1968, que trata da regulamentação da profissão de Geógrafo, encerrou-se a 1ª. Semana de Geografia".

DOCUMENTAÇÃO & INFORMAÇÃO

Prossegue neste número do BI a publicação do artigo de Edina Taunay Guimarães do Amaral, biblioteconomista do IBGE.

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO DE INFORMAÇÕES – 4

– documentos especiais, geográficos, cartográficos e de recursos naturais

2.4.2 – Catálogo de decisões. Representa o conjunto de decisões estabelecidas na standardização de termos e nomes geográficos, registradas em fichas de 12,5 cm x 7,5 cm, padrão internacional, essas ligadas por uma rede de remissivas a referências. Também pode ser elaborado em listagem graças a processo eletrônico.

O catálogo é o resultado da análise dos conceitos encontrados nos documentos. Essa análise é baseada na abordagem de um sistema de recuperação da informação para encontrarmos os fatores que identificam os documentos de acordo com uma ordem pré-estabelecida pelo sistema, que obedecerá às normas a seguir discriminadas:

- a) É necessário ter em mente o aperfeiçoamento máximo de nossas respostas às solicitações das informações especializadas, a fim de que seja desnecessário vasculhar-se todo o acervo;
- b) Encontrarmos, no mínimo de tempo, os itens solicitados;
- c) Adotarmos um sistema que nos proporcione alta **relevância**, ainda que a **revocação** seja baixa (**revocação** é a quantidade de incisos adicionais que encontramos ao ampliar a pesquisa de assunto desejado). Quanto maior a **revocação**, menor a probabilidade de alcançarmos alta **relevância**;
- d) Atingir alta **relevância**, isto é, probabilidade dos itens coincidirem com a exigência do leitor, quer dizer, evitar o desenvolvimento da pesquisa quando se procura o que ele deseja;
- e) **Especificidade**: significa sermos precisos ao especificarmos o assunto, pois senão estaremos reduzidos ao tipo de esquadramento sequencial. A especificação deverá, em cada caso, ser consentânea com o assunto do documento;
- f) Variar as respostas do sistema, de modo a satisfazer o tipo de demanda;
- g) Planejar o sistema, a fim de tornar viável, ao máximo, a possibilidade de obter coincidência entre a necessidade dos usuários e aquilo que o autor oferece, isto é, coincidir a pergunta dos leitores com a resposta dos documentos;
- h) **Exaustividade**: é o resultado de uma decisão do indexador, vale dizer, a extensão com que se analisa certo documento, a fim de se estabelecer exatamente o conteúdo temático a especificar.

Podemos distinguir entre o tema global e os subtemas que o documento possa conter.

A indexação em profundidade é usada em órgão de documentação, onde se pode prever com bastante clareza as necessidades dos leitores. É aplicada, amiúde, a relatórios técnicos e documentos similares, relativamente curtos e, portanto, passíveis desse tratamento, exigindo do indexador prática em julgar quais os temas e subtemas que merecem destaque.

A indexação em profundidade ou superficial é decisão do indexador. Só há interesse em aumentar a exaustividade quando o sistema adotado possui especificidade adequada, isto é, a menos que as entradas adicionais sejam específicas. Para escolher-se o tipo de exaustividade, tanto superficial como em profundidade, temos que usar a ponderação.

2.4.2.1 – Estudar os assuntos necessários à instituição e à clientela. Baseados nessa estratégia, são escolhidos, nos documentos, os candidatos a descritores, segundo as normas estabelecidas pelo sistema, a saber:

- a) A freqüência em que ocorrem na literatura ou em serviços de informação existentes;
- b) A incidência, antecipada, em inquirições de recuperação da informação;
- c) A propriedade e autenticidade na terminologia corrente;
- d) A eficiência e utilidade na conotação e denotação do conceito particular. Em última instância, o julgamento humano é decisivo para a avaliação de um candidato a descritor.

A fim de que os candidatos a descritores escolhidos de acordo com a estratégia acima se transformem em descritores, eles sofrem nova avaliação, estabelecendo-se um conceito padrão destinado aos vários conceitos de igual significado, de que os autores lançam mão. Emprega-se aí, nos veículos de comunicação, certo controle sobre os termos e uma linguagem documentária pré-coordenada. Isso quando o sistema segue as regras tradicionais de recuperação da informação.

Caso o sistema utilize terminais de computadores, a linguagem de indexação deverá ser natural, controlada e pós-coordenada; então o emprego de um **thesaurus** é muito importante.

O descritor pode ser definido como um termo ou símbolo, autorizado e formalizado.

Para normalizarmos o candidato a descritor é importante observar os itens indicados a seguir:

a) **Semântica**

a.1) **Homógrafos.** Igual grafia é usada para diferentes palavras, que podem

ser pronunciadas de modo idêntico ou não. Se não fizermos uma distinção entre os homógrafos, teremos reduzida relevância.

a.2) **Sinônimos ou quase-sinônimos.** Termos que, dependendo do ponto de vista, podem ser, realmente, sinônimos ou não.

Nos sistemas adota-se o símbolo **US** (use) para remeter de um sinônimo ou quase sinônimo, não admitido como descritor, para o termo preferido, escolhido como descritor.

b) **Relações genéricas.** Expressam as relações de superordenação e de subordinação entre os conceitos. Adota-se o símbolo **TS** (termo subordinado) e **TA** (termo amplo) para expressar as relações.

c) **Relações associativas.** Emprega-se em relações entre conceitos que, embora intimamente relacionados, não são uniformemente hierárquicos. Adota-se o símbolo **TR** (termo relacionado) para exprimir as relações.

Tomar precauções com termos cujas conotações tenham sofrido alterações com o passar do tempo ou cujo sentido mude de um país para outro.

Exemplo: trem (Brasil) e comboio (Portugal).

d) **Assuntos compostos.** Assuntos com focos de mais de uma faceta, apresentam relações em que uns são influenciados por outros ou têm em mira público determinado ou são tratados em comparação com outros, etc.

d.1) Para firmar o cabeçalho, relacionamos os focos de cada faceta e estabelecemos uma ordem de citação pré-coordenada, segundo a sua importância, de acordo com as regras estatuídas, acrescido pela área abrangida pelo assunto composto.

Usamos para esse cabeçalho o princípio da inversão, adotando-se como entrada todos os descritores mencionados.

O termo relevante fica em primeiro lugar no cabeçalho, seguindo-se os outros, em ordem decrescente, obedecidas as regras do sistema.

Exemplo: Transporte marítimo do sal em Areia Branca, no Rio Grande do Norte.

O cabeçalho será:

- 1) Sal – Transporte marítimo. Areia Branca, Rio Grande do Norte.
- 2) Transporte marítimo - Sal use Sal – Transporte marítimo
- 3) Areia Branca, Rio Grande do Norte – Sal – Transporte marítimo
- 4) Rio Grande do Norte, Areia Branca – Sal – Transporte marítimo.

Com o emprego de computadores, na elaboração de cabeçalhos compostos, usa-se a linguagem natural, controlada e sistema pós-coordenado em inquirições "on line", por terminais. Nesse caso, os assuntos são permutados ou rotados à vontade.

Exemplo: Transporte marítimo do sal. Areia Branca, Rio Grande do Norte.

O computador recuperará todos os termos relevantes, grifados, por permutação ou rotação.

Nos índices de assuntos dos catálogos elaborados por computador, usa-se uma ordem de citação pré-coordenada nos cabeçalhos compostos, que por sua vez são permutados.

Exemplo: a) Assunto + acidente ou circunscrição + áreas em que estão localizados;

b) Acidente ou circunscrição + área + assunto;

c) Área + acidente ou circunscrição + assunto.

e) **Forma Substantiva.** Os descritores devem ser apresentados sob forma substantiva ou frase substantiva, ou, ainda, sob uma forma verbal gramaticalmente equivalente ao substantivo.

f) **Número.** Quando não houver normas nacionais, deve-se acatar as práticas lexicográficas da língua. As vezes, as formas singular e plural de uma mesma palavra denotam noções diferentes; nesses casos, será preciso indicar as duas formas.

Os descritores devem ser usados no plural, principalmente quando se tratar de termos genéricos.

Exemplo: abelhas

A forma singular é usada para termos que designam materiais, propriedades específicas (atributos), processos, nomes próprios e disciplinas.

São também escritas no plural, as designações de forma extrínseca ou literária das publicações.

g) **Adjetivos.** Esses podem ser pré-coordenados com substantivos e terem entrada como descritores compostos.

A decisão de admitir adjetivos isolados deve ser ditada por considerações de praticabilidades e flexibilidade.

Redigem-se os descritores em português. Somente se recorrerá aos vocábulos estrangeiros quando esses não tenham equivalentes em nosso idioma.

Convém lembrar alguns instrumentos indispensáveis em todos os passos para a indexação, isto é, os vocabulários de indexação, inclusive os thesauri usados nos processos eletrônicos de recuperação da informação.

EDITORIAIS

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL EM 10ª EDIÇÃO

O lançamento desta edição de **Tipos e Aspectos do Brasil** constitui auspicioso marco a ressaltar a importância da documentação iconográfica através do desenho, onde a interferência mecânica de outras formas de registro cede lugar a impressões que só o sentimento pode traduzir em termos de expressão e colorários outros que a pertinência dos sentidos, no caso do artista, pode traduzir.

Aqui não esquecemos, e até seria injusto omitir, a qualidade incomum das ilustrações de Percy Lau, notável por todos os aspectos e sem similar no País. Suas pranchas a bico-de-pena integram, praticamente, uma extensão de três décadas de ininterrupta atividade na interpretação de fatos brasileiros em que o artista soube captar o essencial de nossas paisagens, traduzindo o meio-ambiente e atingindo sensíveis denúncias das reações humanas, em face do trabalho ou do lazer, diante da vida.

É, não resta dúvida, um acervo de indiscutível valor esta coleção de trabalhos daquele artista, agora lançada em 10ª edição, numa tiragem em que seus últimos trabalhos foram acrescentados, inclusive duas pranchas a cores que deveriam inserir-se numa nova série, infelizmente interrompida pelo falecimento de Percy Lau.

Dando continuidade ao trabalho de seu colega, Barboza Leite se insere, também, na autoria de ilustrações para **Tipos e Aspectos do Brasil**, de que vinha sendo autor de comentários, caracterizando sua maior participação em assuntos ligados ao Nordeste.

RECURSOS NATURAIS DO BRASIL – 2ª Edição – Antônio Teixeira Guerra

Os recursos naturais básicos precisam ser bem conhecidos do ponto de vista qualitativo e quantitativo. A ciência dá ao grupo humano os conhecimentos necessários para que transforme a riqueza, em potencial, em bens de produção e a tecnologia o orienta na sua aplicação. Daí se poder inferir o valor da ciência e da tecnologia para o bem-estar e para a segurança nacional, no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos naturais básicos.

A divulgação dos conhecimentos técnicos a respeito da conservação desses recursos é um elo importante entre o povo e os especialistas. Para tanto devem ser utilizados todos os meios de divulgação de que se possa dispor.

Nesta 2ª edição da publicação de número 25 da Biblioteca Geográfica Brasileira, o IBGE traz a público aspectos da Geografia referentes aos recursos naturais de que o Brasil é pródigo em reservas.

DivEd/Or—v1a

É livre a transcrição de qualquer matéria publicada neste Boletim.

A Redação agradece a citação da fonte.